

An aerial view of a city skyline, likely New York City, featuring numerous skyscrapers and a mix of architectural styles. The sky is a deep blue with scattered white clouds. The text is overlaid on the right side of the image.

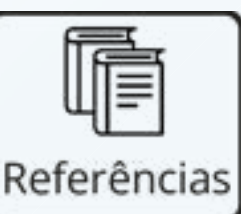
TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA

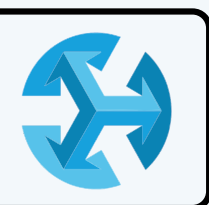
Rosmeiri Aparecida Ribeiro Ferras



Sumário

- Apresentação
- 1. Ferramentas de controle interno na Gestão Pública
- 2. Visão baseada em recursos no setor público
- 3. Desafios e dificuldades na implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP
- 4. Competências gerenciais do contador público diante das novas normas contábeis
- 5. Gastos e dívida na Gestão Pública
- Considerações Finais
- Referências





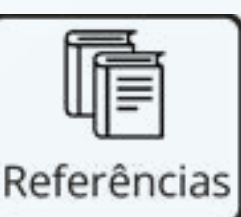
Apresentação

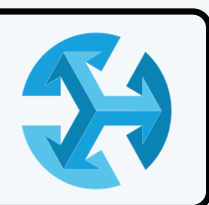
Prezados alunos, esse material auxilia nos estudos e debates de Temas Contemporâneos na Gestão Pública III. O objetivo da disciplina é contribuir para o conhecimento sobre assuntos em voga no Poder Público e dá continuidade aos conceitos já estudados nas disciplinas anteriores, em especial, os conteúdos abordados em Temas Contemporâneos I e II.

O material apresenta conceitos e práticas voltadas à Gestão Pública, com ênfase na controladoria da gestão, evidenciando o papel do contador público contemporâneo, novas exigências de competências os desafios de gestão.

Aborda-se, inicialmente, o conceito, evolução e prática de controles internos na gestão pública, estudando a conceituação, evolução histórica da necessidade de acompanhamento e controle das ações e gastos públicos.

Ainda com vistas à necessidade de aproveitamento eficiente dos recursos públicos, analisa-se a Visão baseada em recursos, conhecida como VBR, estratégia criada inicialmente visando vantagem competitiva das organizações do setor privado, mas que contribuem muito para a administração pública, com a identificação de diferenciais internos, priorização de atividades e utilização adequada de recursos numa gestão eficiente.



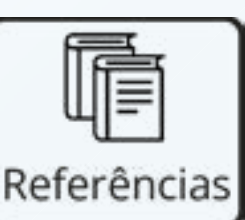


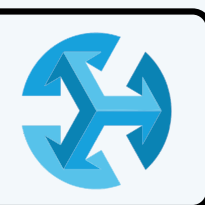
Ainda, focando a necessidade de transparência e de controle de recursos, examina-se custos, despesas e controle de gastos públicos.

Investiga-se o novo panorama contábil da gestão pública, a partir de estudos das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor e as mudanças exigidas na atuação do contador público e necessidade de adaptação ao novo contexto.

O material é estruturado a partir dos seguintes tópicos: Ferramentas de controle interno na Gestão Pública, Visão baseada em recursos no setor público, desafios e dificuldades na implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, competências gerenciais do contador público diante das novas normas contábeis, custos no Setor Público e gastos com pessoal e dívida na Gestão Pública.

Deseja-se que o conteúdo do *e-book* contribua para o aprendizado, reflexões e desenvolvimento da nova visão da gestão pública, suas práticas e atividades inerentes ao novo contexto do setor.





1. Ferramentas de controle interno na Gestão Pública

O controle dos gastos públicos é uma ferramenta para a necessidade de transparência oferecida à população. De acordo com a constituição Federal de 1988, o controle estatal é exercido por meio do controle interno e do controle externo. O controle externo é aquele exercido pelo poder legislativo com o objetivo de fiscalizar e analisar as contas do órgão público, já o controle interno ocorre dentro do próprio órgão da esfera administrativa para evitar irregularidades, na prestação de contas (RODRIGUES, *et al.*, 2020).

Figura 1 - Controle interno



Fonte: Vectorjuice / Freepik.

O controle interno contribui para a melhoria e eficácia no uso de recursos públicos e é um importante instrumento para gestão pública. (MOREIRA; DIAS; SOUZA, 2017).

Segundo Rodrigues, *et al.* (2020) o controle interno consiste em atividades e métodos que fiscalizam se as ações planejadas ocorrem conforme o previsto, permitindo correções, em casos de desvios.

Para a maior confiabilidade na gestão pública, o controle interno acontece a partir de um contexto histórico, conforme demonstra o Diagrama 1:

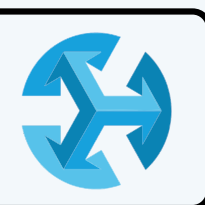
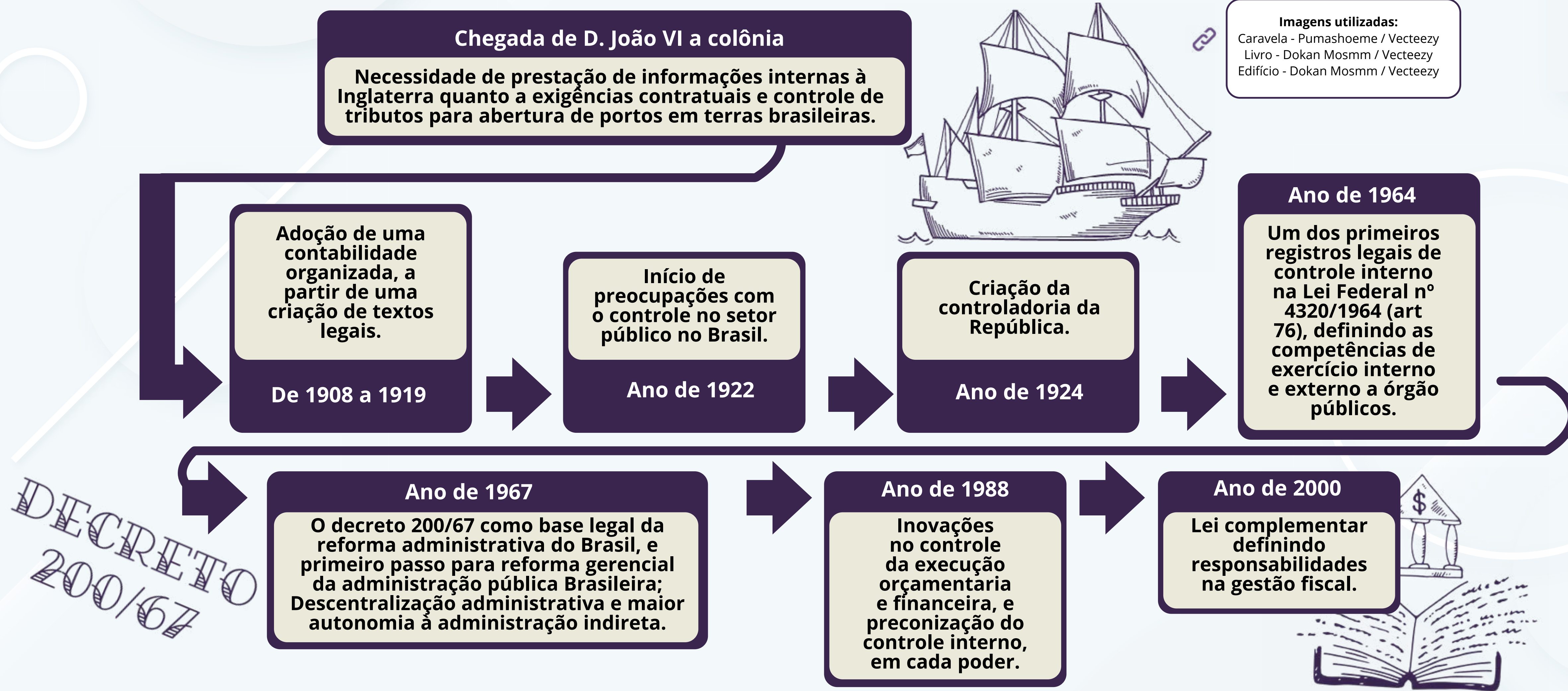
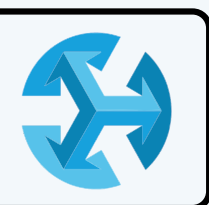


Diagrama 1 - Histórico de contribuições ao Controle Interno



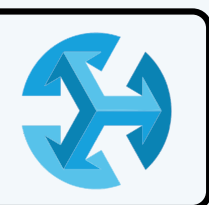


O quadro mostra a evolução do conceito e das práticas existentes com vistas à transparência e melhor controle dos gastos públicos. Com o passar dos anos a necessidade de controle intensifica-se e surgem novas práticas e legislações que asseguram o monitoramento das ações públicas, contratos vigentes, gastos de verbas ou compromissos de políticas públicas. A evolução do controle interno no setor público interferiu no contexto público como um todo, desde a composição do planejamento de políticas e ações até a atuação do contador público e gestor responsável pela área.

Conforme Cardin *et al.*, (2015) o controle na administração pública brasileira caminha juntamente com o planejamento, visando proporcionar melhores serviços públicos, por meio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, evitando fraudes, erros e desperdícios.

A ferramenta de controle interno, para gerenciamento de gastos públicos, se dá com o fornecimento de relatórios e acompanhamento da execução orçamentária (BOTELHO, 2011; BALBE, 2013).

O sistema de controle interno avalia o cumprimento de metas dos programas públicos e acompanha a execução, comprovando a legalidade, analisando resultados e controlando ações (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011).



De acordo com a Lei Complementar 101, o controle interno ocorre dentro das estruturas organizacionais, formando núcleos de controle de gestão que acompanham e fiscalizam as ações, analisando processos de despesas e prestação de contas, acompanhando contratos administrativo em vigência, a execução orçamentária e contabilização (BRASIL, 2022).

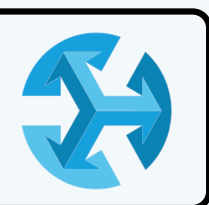
O sistema de controle interno é estabelecido em rotinas de aferição e análise das ações e da gestão governamental, na avaliação de metas e objetivos e análise da execução de programas e orçamentos. (RÔLLO, 2011).

Conforme estabelece a Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público (2008), o sistema de controle público governamental age no âmbito operacional, contábil e normativo. Operacional, monitorando o alcance dos objetivos e ações governamentais, contábil, conferindo a veracidade e fidedignidade dos registros e demonstrações contábeis e normativa, relacionada à fiscalização da regulamentação pertinente a cada contexto.

Como respaldo de estudo, disponível o *link* da Norma Brasileira de Contabilidade:



Resolução CFC N°. 1.128/08



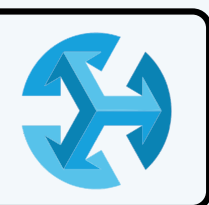
2. Visão baseada em recursos no setor público

Figura 2 - Recursos



Fonte: Momentbloom / Vecteezy.

O conceito de visão baseada em recursos considera a formulação da estratégia de dentro para fora da organização, analisando os recursos e capacidades internas (PAIVA; BARBOSA; GONÇALVES, 2008). O início da estratégia da visão baseada em recursos, também conhecida como VBR, tem origem no setor privado, objetivando o aumento da vantagem competitiva, a partir das capacidades internas. Criada em 1959, por Edith Penrose, a VBR estuda as empresas como conjuntos de recursos que se diferenciam entre si, visto que cada uma tem características, habilidades e recursos específicos (MASSUKADO; TEIXEIRA, 2008).

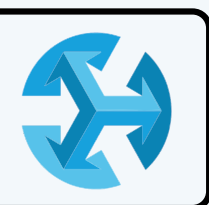


No setor público, é necessário que o conceito de VBR seja adaptado ao contexto em questão, visto que não existe relação de competitividade ou rivalidade, como no setor privado, mas a necessidade de priorização de resultados, políticas com eficiência, eficácia e efetividade (ANDRADE, 2019).

De acordo com Silva (2011), o conceito da VBR não está ligado apenas à competitividade, mas também ao delineamento de alcance de metas com base em regulações e indicadores governamentais, características próprias do setor público.

A priorização correta dos recursos internos auxilia no desenvolvimento de desempenho superior de instituições públicas. Silva (2011) destaca que a forma como a instituição pública se posiciona diante dos recursos internos, desde a organização até a estruturação, influencia no cumprimento de metas e nos serviços públicos prestados.

Espera-se, com a atuação competente, resultados eficientes nas políticas públicas. Conhecer e saber gerir os recursos internos auxilia na elaboração e atuação de estratégias com melhores resultados.



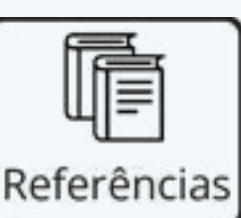
A partir da visão de Moore (1998), a estratégia corporativa pública avalia a produção de valor público, se práticas e políticas geram resultados, a legitimidade da política a ponto de ser suficiente para sustentação e a viável operacionalização administrativa das práticas. A VBR permite que tal análise surja desde a base das políticas públicas, dos recursos que originam e viabilizam as ações.

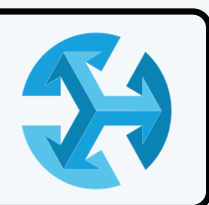
Analisar a estratégia pública do ponto de vista da VBR, aumenta a possibilidade de criação de políticas públicas diferenciadas e eficientes.

Disponível no *link* abaixo um estudo empírico, artigo complementar sobre a Teoria VBR e aplicabilidade no setor público, em especial nesse caso, uma abordagem da visão teórica na Gestão Pública de Turismo:



**A Visão Baseada em Recursos na Gestão Pública do Turismo:
o caso de Curitiba - PR**





3. Desafios e dificuldades na implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP

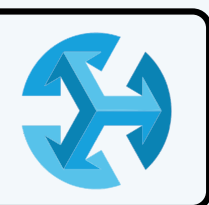
Figura 3 - Normas



Fonte: Rawpixel.com / Freepik.

Conhecidas como NBCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público são normativas que devem ser adotadas por profissionais da contabilidade do setor Público (CFC; 2012). Instituída em 2008 pelo Conselho Federal de Contabilidade, estabelece a conceituação, o objeto e a aplicação da contabilidade aplicada ao setor público. Sua aplicação se dá no campo de entidades do setor público e/ou entidades em que há a gestão de aspectos contábeis na prestação de contas públicas. (CFC; 2012).

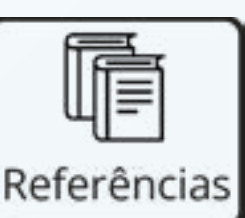
Totalizando 11 resoluções, conforme o quadro 2, a Norma abrange conceituações e práticas a serem adotadas no campo da gestão pública contábil.

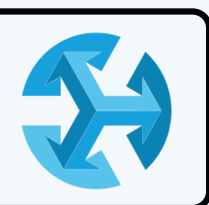


Quadro 1 - NBCs T 16.1 a 16.11

Norma	Resolução CFC	Tema	Vigência Obrigatória	Data da Revogação
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis	01/01/2010	01/01/2019
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis	01/01/2010	01/01/2021
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno	01/01/2010	01/01/2019
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão	01/01/2010	01/01/2019
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	01/01/2010	01/01/2019
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	01/01/2012	-

Fonte: CFC, 2012; 2016; 2019; e 2021





Abaixo, disponível o *link* da norma, na íntegra, para conhecimento e aprofundamento das resoluções:

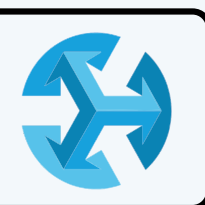


Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A profissão do contador público é regulamentada desde 1964 por meio da Lei nº 4.320, no art. 85, que prevê a necessidade de organização, acompanhamento e execução orçamentária, patrimonial e interpretação de resultados econômicos e financeiros (BRASIL, 1964).

Vigorando com obrigatoriedade a partir de janeiro do ano de 2010, as normas promovem mudanças sobre responsabilidade e regras, desde o registro de receitas até o controle de custos (FIOROTTI, *et al.*, 2019). A criação das NBCASP contribui na padronização da contabilidade pública, representando um importante marco em termos de avanço da contabilidade brasileira pública, facilitando o controle interno e externo (XAVIER; SILVA, 2017).

O principal objetivo das NBCASP era padronizar todos os procedimentos contábeis nos três níveis governamentais, orientando e apoiando a gestão patrimonial, e a partir do seu cumprimento criar um padrão de comunicação, gerando um sistema de compreensão universal. (FIOROTTI, *et al.*, 2019).

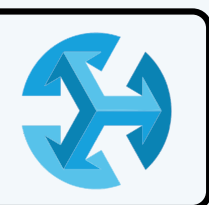


De acordo com Fragoso *et al.*, 2012 a aplicação prática da normativa encontra dificuldades devido às diferenças de compreensão e aplicação, resultantes de múltiplas interpretações, geradas por cada região, devido às suas particularidades.

Feijó (2012), destaca como principal dificuldade de implantação das NBCASP, a quebra de paradigmas e mudanças de costumes que já estavam enraizados, visto que houve uma necessidade de mudança de cultura da administração pública e alteração de sistemas da contabilidade. Para Nascimento (2008) um dos desafios foi o trabalho árduo do governo, necessário para estabelecer diretrizes, normas, preparar e recrutar profissionais e levantar os recursos necessários para as mudanças.

Nascimento (2008), observa como principais desafios a consolidação da padronização emergida pelas NBCASP, as necessidades de mudanças e adequações na gestão pública, necessidade de suporte político, burocrático, acadêmico e profissional, necessidade de efetiva comunicação e comunicação integrada, necessidade de contexto favorável para mudança e forte desenvolvimento de capacitação em tecnologia.

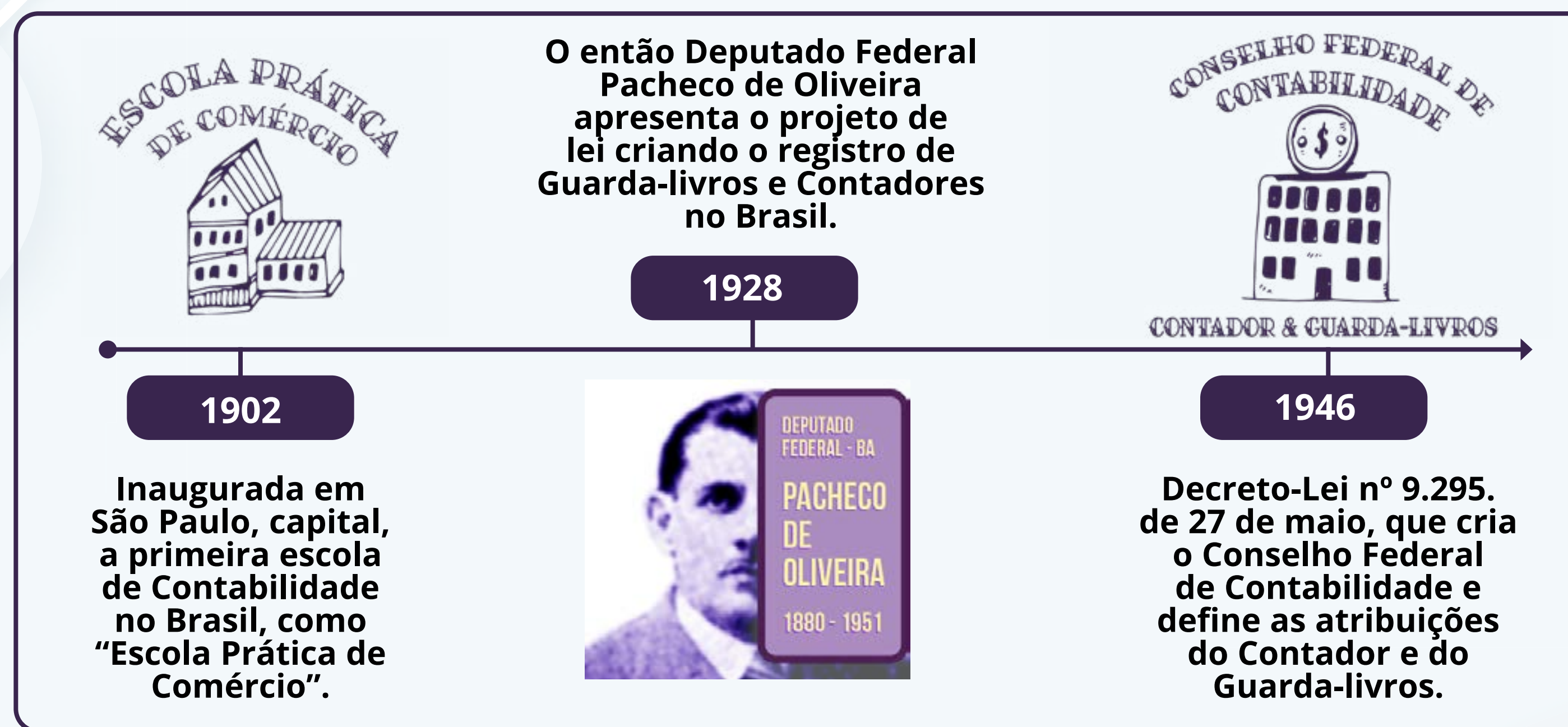
Apesar de um marco histórico de mudanças, é necessária uma constante adequação e adaptação da contabilidade no setor público, que vive em constantes mudanças e adequações. Com isso, exige-se um novo perfil do contador público, conforme abordado no tópico seguinte.



4. Competências gerenciais do contador público diante das novas normas contábeis

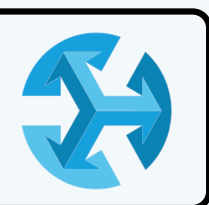
Inicia-se o nosso tópico com uma breve abordagem de fatos marcantes quanto a regulamentação da profissão do contador, conforme o diagrama 2, abaixo.

Diagrama 2 - Regulamentação da profissão do contador



Imagens utilizadas:
Foto - Câmara dos Deputados
Edifícios - Dokan Mosmm / Vecteezy

Fonte: Elaborado com base em Madruga, Colossi e Biazus, 2016.



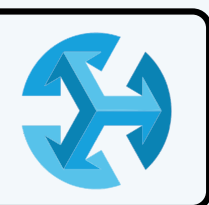
Após a regulamentação da profissão, conforme alguns marcos destacados na imagem acima, o perfil do contador, no universo corporativo, muda continuamente, dando espaço para novas competências, atribuições e responsabilidades diferentes das que, até então, determinavam suas funções e posição na empresa, aumentando sua participação no processo decisório. (MADRUGRA; COLOSSI; BIAZUS, 2016).

Figura 4 - Competências



Fonte: Veernavya / Vecteezy.

No setor público, se destaca a necessidade de adaptação do profissional, visto que o cenário é de se aproximar da gestão pública mais eficiente. Com a volatilidade da contabilidade pública, necessidades de adaptações à novas normas contábeis e demandas da sociedade, cabe ao contador público desenvolver suas competências, aprimorando habilidades e adquirindo mais conhecimentos.

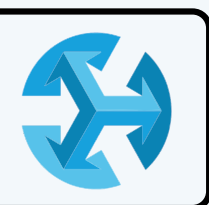


Segundo Madruga, Colossi e Biazus (2016) houve uma mudança na formação do contador, incluindo o desenvolvimento da perspectiva humanista, responsabilidade social, liderança participativa, transparência da gestão e equidade.

Segundo Barbosa e Costa (2017), a contabilidade Pública e a privada, considerando os fatores internos e externos no exercício das funções, fornecem à Gestão Pública informações íntegras e precisas para a tomada de decisão, gerando reflexos positivos na situação econômica e financeira do país.

O novo perfil do contador público está pautado na necessidade de adequação aos cenários e contextos em que o setor público está inserido, atendendo às demandas pautadas pela sociedade, políticas públicas e legislações. Cabe ao profissional, a aquisição de conhecimentos contábeis e de aspectos decisórios e liderança.

No perfil de gestão contábil pautada no controle interno, gestão de gastos públicos, adaptação às novas normas e padronização da contabilidade pública, conta-se com profissionais capazes de se atualizar e desenvolver outras habilidades.



5. Gastos e dívida na Gestão Pública

Em toda a gestão, inclusive no setor público, a eficiência no planejamento, organização, direcionamento e controle de gastos é essencial.

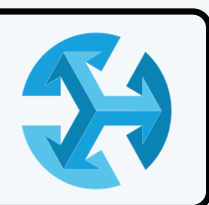
Com o objetivo de melhor garantia e controle com os gastos públicos, no ano de 2000, foi sancionada a Lei Complementar 101, que trouxe novos dispositivos norteadores das finanças públicas, auxiliando o equilíbrio fiscal e a transparência e se tornando guia do planejamento e execução orçamentária do poder público, nas três esferas. (LEÃO, 2019).

Abaixo, o *link* de acesso direto à Lei Complementar 101:



Lei Complementar N° 101, de 4 de maio de 2000

Gasto público diz respeito a todo gasto que o governo faz com o dinheiro arrecado de impostos ou outras fontes, que se diz recursos públicos, como por exemplo, despesas com educação, saúde, segurança etc. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2022).



A Lei complementar 101 trouxe normas e responsabilidades públicas à gestão, auxiliando na transparência e controle dos gastos públicos, passando pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, e Poder Judiciário, nas esferas Federal, Estadual e Municipal. (LEÃO, 2019).

De acordo com o Tesouro Transparente (2022) a dívida pública nasce quando o governo gasta mais do que arrecada, as receitas não são mais suficientes para cobrir as despesas, gerando um déficit financeiro. O governo passa a contar com credores dando início à dívida pública.

Disponibilizado no *link* abaixo o artigo A dívida pública municipal no Brasil. Análise e perspectiva:

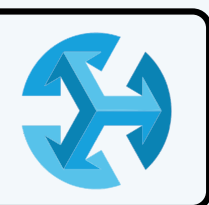


A dívida pública municipal no Brasil

Figura 5 - Gasto Público



Fonte: Studiogstock / Vecteezy.



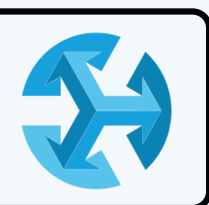
Considerações Finais

A gestão pública exige alto grau de planejamento, organização, direcionamento e controle dos processos e tomada de decisão. Entre tantas necessidades de mudanças e de adaptações, cabe à gestão pública aperfeiçoar constantemente os serviços e a eficiência pública.

A demanda por serviços públicos bem prestados e por transparências nos gastos e investimentos públicos é cada vez mais pautada nas exigências da sociedade. Para garantir total confiabilidade e disponibilidade de tais informações, são necessárias práticas e procedimentos que fazem o processo público coeso e eficiente.

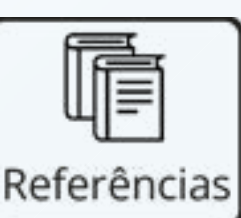
As práticas de gestão fornecem meios de desenvolvimento e controle da gestão pública. Práticas estudadas até aqui, como por exemplo, o controle interno, permitem a visibilidade de informações, a coesão de dados e *inputs* necessários para uma tomada de decisão assertiva.

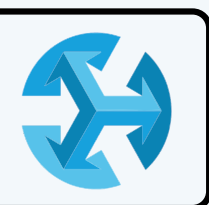
A visão organizacional pública, voltada para os recursos organizacionais, auxilia na identificação de potencialidades e competências, de visualização de alocação e melhor aproveitamento de recursos, promove uma visão de priorização, por meio de uma análise detalhada de demandas e recursos internos.



Entre tantas mudanças, a legislação contribui na padronização e melhoria nos processos de gestão o que aumenta a necessidade de profissionais capacitados com mais conhecimentos e habilidades. Todo o processo de gestão pública ocorre de forma sistêmica, oferecendo uma visão holística e ao mesmo tempo interligada, demonstrando a importância de conhecimento amplo e especializado.

O fato é que as mudanças acontecem sempre porque as demandas aumentam, as tecnologias despontam e os cenários se modificam. Com tantas alterações no contexto, cabe à gestão pública ligar-se a fatores contemporâneos, habituando-se a eles e utilizando-os de forma a garantir cada vez mais um serviço público eficiente e de qualidade.





Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. S. **O controle interno como ferramenta de Gestão**. CGE Controladoria Geral do Estado de Piauí. 2011.

ANDRADE, T. C. Visão baseada em recursos no setor público: uma análise dos desempenhos, recursos e capacidades de duas Zonas Eleitorais do TRE-RN. Universidade Federal Rural do Semiárido, **Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Administração Pública**. 2019.

BALBE, R. S. **Controle interno e o foco nos resultados**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BARBOSA, I. E.; COSTA, R. F. S. O perfil do contador público da prefeitura de Cascavel frente às convergências internacionais da contabilidade aplicada ao setor público. **13 ° ENCITEC**. 2017.

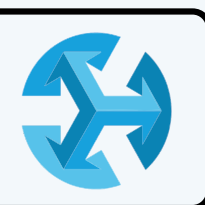
BRASIL. Lei complementar 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm, acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf, acesso em 20 set. 2022.

BRASIL. Lei n. 4.320 de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm, acesso em 15 set. 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

BOTELHO, M. M. **Manual de controle interno**: teoria e prática. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011.



CARDIN, S. A. *et al.* Controle interno na administração pública como ferramenta para economicidade de processos. **XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2015.

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf, acesso em 20 set. 2022.

FRAGOSO, A.R. *et al.* Normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e o desafio da convergência: uma análise comparativa-IPSAS e NBCTSP. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília. v.6, n. 4, p. 434-447, 2012.

FEIJÓ, P. H. Entrevista. Revista TCEMG. p. 15-27. 2012. Disponível em: <http://revista.tce.mg.gov.br/Revista/RetornaRevista/701>, acesso em 10 set. 2022.

FIOROTTI, C. P. *et al.* A reforma da contabilidade pública e os desafios para aplicação da NBC TSP 01 dentro do processo de convergência aos padrões. **Revista E-humanit@s**. 5. ed. 2019. Disponível em: <https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2020/12/Caroline-e-Suelen-305-Pronto.pdf>, acesso em 9 set. 2022.

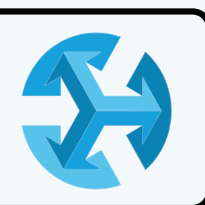
LEÃO. V. M. R. L. O. **Gastos com pessoal e endividamento**: um estudo sobre o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal no município de Nazaré da Mata/PE. Repositório Institucional UFRPE. 2019

MADRUGA, S. R.; COLOSSI, N.; BIAZUS, C. A. Funções e competências gerenciais do contador. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 9. n. 2, p. 182-191. 2016.

MASSUKADO, M. S.; TEIXEIRA, R. M. A visão baseada em recursos na gestão pública do turismo: o caso de Curitiba – PR. **Turismo em análise**. v. 19. n.2, 2008.

MOORE, M. H. **Creating public value**: strategic management in government. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

MOREIRA, M. A.; DIAS, A. G. S.; Souza, P. M. Controle interno como instrumento de gestão pública. RIC - **Revista de informação contábil** - vol. 11, n. 4, p. 39-53, 2017.



NASCIMENTO, L. S. **A contabilidade patrimonial integral no setor público:** os parâmetros, desafios e benefícios de sua implementação no Brasil. 2008. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/documents/454798/463136/03%20-%20Dr%20Francisco%20Iglesias.pptx>, acesso em: 28 set. 2022.

PAIVA, R. V. C.; BARBOSA, F. V.; GONÇALVES, R. G. **A visão baseada em recursos:** o que se vê é diferente, mas é igual. Reuna - Belo Horizonte, v.13, n.3, p.27-39, 2008.

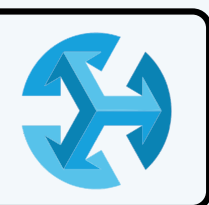
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Orçamento da despesa. 2022. Disponível em: <https://www.portal-transparencia.gov.br/pagina-interna/603315-orcamento-da-despesa>, acesso em 20 set. 2022.

RODRIGUES, C. *et al.* O controle interno como ferramenta de apoio ao controle externo na gestão pública dos municípios do Estado do Paraná. **XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade.** USP. 2020.

RÔLLO, M. F. Os sistemas de controle interno na administração pública. **Revista Eletrônica do CRCRS.** n. 5. 2007. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivo-sUpload/17794/material/GESTAO%20PUBLICA%20-%20CONTROLE%20INTERNO%20-%20CRCRS.pdf>, acesso em 1 out. 2022.

TESOURO TRANSPARENTE. Dívida Pública. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/videos/a-divida-em-videos/2-o-que-e-a-divida-publica.pdf>, acesso em 2 out. 2022.

XAVIER, M. C.; SILVA, F. A. Implantação da nova contabilidade aplicada ao setor público: os impactos, mudanças e ganhos observados pelos profissionais da contabilidade da administração direta e indireta do município de Belo Horizonte - MG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade.** 2017.



Temas Contemporâneos na Gestão Pública – Rosmeiri Aparecida Ribeiro Ferras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenador Geral UAB

Ademir Juracy Fanfa Ribas
Coordenador Geral Curso

Cleber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD

Fabiola de Medeiros
Coordenador Geral Curso

Ruth Rieth Leonhardt
Revisão

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Nikola-Majksner/Unsplash
Capa

Aneeque Ahmed /Nounproject
Hafiudin/Nounproject
ProSymbols/Nounproject
Ícones

10/2022

